



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - NTI/SR/PF/PI

ANEXO IV do Edital

CONTRATAÇÃO DE SUPORTE E SUSTENTAÇÃO DE TIC PARA A POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 e suas atualizações

PERGUNTAS MAIS COMUNS DE LICITANTES E RESPOSTAS

1	Existe contrato semelhante vigente ou recém encerrado? a) <i>Se sim, qual o número do contrato?</i> b) <i>Se sim, com qual empresa?</i> c) <i>Se sim, qual o valor atual do contrato?</i>
	Em relação ao contrato atual, qual a quantidade de profissionais? Qual o valor do contrato? Qual o salário dos profissionais? Qual o número do pregão? Qual o número do contrato?
RESPOSTA: Não há contrato ativo ou recém encerrado para o objeto.	
2	Há obrigatoriedade da Certificação ISO/IEC 20000-1 ?
RESPOSTA: Não. O objeto trata da contratação de serviços rotineiros de suporte e sustentação de TIC, compatíveis com serviços classificados como “comuns”.	
3	Como foi calculado o valor de referência para pagamento mensal da prestação do serviço?
RESPOSTA: O valor de referência dessa contratação foi calculado conforme a PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070/23 e suas alterações, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal - sítio: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/modelo-de-contracao-de-servicos-de-operacao-de-infraestrutura-e-de-atendimento-a-usuarios-de-tic As planilhas basilares daquela PORTARIA, para formação de preços de referência, levam em consideração uma ampla pesquisa de preços para o custo desse tipo de contratação, com base nos salários nacionais para cada perfil profissional e seus encargos, resultando em uma variável de referência – “fator-k”, para fins de análise sobre a manutenção do objeto ao longo do contrato. Ver itens 9 a 13 do Anexo I do TR.	
4	O salário de referência para os profissionais da equipe é de cumprimento obrigatório?
	Se a empresa incluir na sua planilha o profissional com salário inferior ao de referência será desclassificada?
	As empresas que apresentarem salários inferiores em sua proposta e planilha de preços aos especificados no Edital e Termo de Referência serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento?
	As empresas que apresentarem, em sua proposta e planilha de preços, valores de Fator-K inferiores aos especificados no Edital e Termo de Referência serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento?
	O valor salarial mínimo sugerido em Edital não poderá ser dimensionada, e, caso ocorra diminuição do mesmo, a empresa vencedora será desclassificada?

RESPOSTA:

O valor de referência dessa contratação foi calculado conforme a PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070/23 e suas alterações, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal - sítio: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/modelo-de-contracao-de-servicos-de-operacao-de-infraestrutura-e-de-atendimento-a-usuarios-de-tic>

Na formação de sua planilha, o Licitante deve observar:

- 1) Os aspectos do escopo do objeto, a formação da equipe, a qualificação profissional desejada nessa contratação, o qual foi utilizada para fins de obter o salário de referência do profissional - *nos termos da planilha de pesquisa de preços nacionais executada pelo Ministério da Gestão e Inovação de Serviços Públicos – MGI*, bem como as despesas operacionais, lucros etc.;
- 2) As anotações presentes na CCT local – ou, na ausência, as normas de cunho nacional para a categoria profissional;
- 3) Adicional de Periculosidade, no percentual de 30%; e
- 4) O “fator-k” obtido/aplicado;

Portanto, o valor do salário de referência não é de cumprimento obrigatório e a empresa não será desclassificada por inserir valor inferior. Os dados na planilha enviada serão analisados pela comissão da licitação.

Ademais, registre-se que é de responsabilidade da Licitante toda a análise preliminar do escopo do objeto, avaliações e comparações pertinentes sobre “o perfil profissional da equipe dessa contratação” x “o perfil profissional presente na CCT” – para fins de confirmação de que são cargos de atribuição e qualificação semelhantes ou ainda com código CBO equivalente, com intuito de melhor definir o valor salarial em sua planilha e conseguir cumprir as futuras exigências contratuais.

Ver item 9 a 13 do Anexo I e item X do TR; e itens 4.5 e 09 do TR.

5	Quais os critérios para apresentação de Atestados de Capacidade Técnica ? Há período mínimo de validade dos Atestados?
---	---

RESPOSTA:

Conforme o Art. 67 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, os atestados de capacidade técnica têm como objetivo verificar se o licitante tem executado serviços similares ao objeto da licitação;

Não há tempo mínimo para os atestados;

Os critérios para esse certame constam no item 9.30 a 9.32 do TR

6	Qual a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT , que deve ser aplicável aos profissionais que serão alocados na prestação?
---	--

A fiscalização sobre o cumprimento das **obrigações trabalhistas e previdenciárias** será feita com base na convenção coletiva do Estado do Piauí ou federação nacional?

Em relação a CCT utilizada, entendemos que a empresa CONTRATADA poderá se utilizar de outra **CCT** que não a utilizada para a precificação. Está correto o nosso entendimento?

Considerando que o Estado não deve ser onerado por algo futuro, que pode até não ser concretizado na data prevista e ainda que é importante a garantia salarial dos profissionais, entendemos que as Licitantes devem precificar seus custos com base última **CCT vigente**, conforme abaixo, porém, como a CCT do estado tem vigência de 1 de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024, com database em 01 de outubro.

Com isso, informamos que a CCT está defasada e desatualizada. Portanto, ainda não temos o percentual de dissídio e os pisos salariais atualizados na data do pregão.

Entendemos que quando for liberado o % do dissídio da **CCT** será caracterizado fato do príncipe para solicitação de **reequilíbrio do contrato**, independente do mesmo ter completado os primeiros 12 meses iniciais. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.

RESPOSTA:

Cabe esclarecer que se trata de serviço continuado de suporte e sustentação de TIC e **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra;

As planilhas de formação de preços que deverão estar na proposta da Licitante têm como objetivo a verificação de que a empresa considerou todos os aspectos para formação da força de trabalho;

As planilhas basilares dessa contratação estão previstas na PORTARIA SGD/MGI Nº 1.070/23 e suas alterações (sítio: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/modelo-de-contracao-de-servicos-de-operacao-de-infraestrutura-e-de-atendimento-a-usuarios-de-tic>), que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

É de total responsabilidade da Licitante toda a análise preliminar do escopo do objeto, avaliações e comparações pertinentes sobre “o perfil profissional da equipe dessa contratação” x “o perfil profissional presente na CCT” – para fins de confirmação de que são cargos de atribuição e qualificação semelhantes ou ainda com código CBO equivalente, com intuito de melhor definir o valor salarial em sua planilha e conseguir cumprir as futuras exigências contratuais.

Assim, para o cumprimento de direitos trabalhistas, considerando que o objeto **não** é para mão de obra exclusiva, e tendo em vista que a prestação do serviço será na cidade de Teresina/PI e algumas cidades no interior do Estado do Piauí, a recomendação é que a licitante aplique a CCT local – ou, na inexistência, as normas de cunho nacional para a categoria profissional.

Alterações futuras na legislação que afetem a planilha devem ser objetos de pedido futuros de reequilíbrio financeiros, a serem analisados pela Administração e órgãos jurídicos da União.

Ver item 9 a 13 do Anexo I e item X do TR; e itens 4.5 e 09 do TR.

Ainda sobre as questões de reajustes, por não ser dedicação exclusiva de mão de obra, os tópicos 8.38 a 8.45 informam reajuste mediante índices, não prevendo qualquer possibilidade decorrente de ACT ou CCT. No entanto, há alta representatividade de custos com pessoal, razão esta que empresa poderá pleitear tal reajuste, sendo que tal pedido será previamente analisado pela assessoria jurídica.

7	Qual a estimativa do quantitativo de profissionais por perfil para esta nova contratação?
---	--

RESPOSTA:

Conforme Anexo I, 03(três) perfis profissionais para a demanda no Estado do Piauí, sendo 01(um) Analista de Suporte Computacional – nível Pleno; e 02(dois) Técnicos em manutenção de equipamentos de informática – nível Pleno.

Ver item 9 do Anexo I e item 4.5 do TR

8	Os profissionais deverão receber em sua remuneração mensal os eventos de periculosidade ou insalubridade ? Se sim, em quais percentuais?
---	--

	<p>Ao analisar o Termo de Referência e o Edital da licitação para serviços de TIC da Polícia Federal, não foram localizados menção à obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade para os técnicos de informática, seja nos requisitos de formação, atividades, ambiente de trabalho ou composição de custos.</p> <p>Considerando que:</p> <p>O adicional de periculosidade é devido apenas quando a atividade ou o ambiente de trabalho se enquadra nas hipóteses legais (NR-16/MTE e legislação correlata);</p> <p>O escopo do edital refere-se a atividades típicas de suporte técnico, manutenção de infraestrutura e atendimento ao usuário, em ambientes administrativos e tecnológicos, sem exposição a agentes perigosos, eletricidade de alta tensão, escolta armada, vigilância ou outras situações previstas em lei para o pagamento do adicional;</p> <p>A ausência de previsão expressa pode gerar dúvidas quanto à correta composição dos custos e à isonomia entre os licitantes;</p> <p>Solicito esclarecimento formal quanto à necessidade (ou não) de inclusão do adicional de periculosidade na planilha de custos dos técnicos de TIC, para fins de elaboração da proposta, bem como para garantir a adequada observância da legislação trabalhista e a isonomia entre os participantes.</p> <p>Caso não seja devido, peço que tal entendimento seja explicitado em resposta oficial, para evitar questionamentos futuros.</p>
	<p>O TR prevê adicional de periculosidade de 30% sobre o salário de referência de cada perfil. Esse adicional aplica-se automaticamente a todos os profissionais alocados presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, para os Níveis 02 e 03?</p>
	<p>Os profissionais deverão receber em sua remuneração mensal os eventos de periculosidade ou insalubridade? Se sim, em quais percentuais?</p>
	<p>Da obrigatoriedade de adicional de periculosidade</p> <p>Ao analisar o Termo de Referência, Edital e ETP da licitação para serviços de TIC da Polícia Federal do Estado do Piauí, não foram localizados menção à obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade para os técnicos de informática, seja nos requisitos de formação, atividades, ambiente de trabalho ou composição de custos.</p> <p>Na página 32 do Anexo I do TR – ETP é dito conforme abaixo:</p> <p>“Dada a demanda narrada no item 09, além dos requisitos de negócio, segurança e temporais – que serão mais detalhados no termo de referência (nível de serviço), subentende-se que a atuação da prestação se dará in loco em mais de 50% (cinquenta por cento) do período laboral dos profissionais, assim a planilha de cálculo também incluiu o percentual de 30%(trinta) para o caso de pagamento do adicional de periculosidade, conforme Laudo Técnico Pericial nº 001/2015 - SR/PF/PI, como também os encargos sobre o pagamento dessa indenização”</p> <p>Portanto entendemos que é um requisito obrigatório o percentual de adicional de periculosidade para os dois perfis da presente contratação, devendo estar incluído nos custos das licitantes bem como descrito na planilha de custos e formação de preços enviada, sob pena de desclassificação.</p> <p>Caso não seja devido, peço que tal entendimento seja explicitado em resposta oficial, para evitar questionamentos futuros.</p>
<p>RESPOSTA:</p> <p>Sim. É obrigatório, na planilha de formação de custo, o adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o salário base, para os 03(três) profissionais da equipe.</p> <p>Ver item 13 do Anexo I e item 10.2 do TR</p>	
9	<p>As empresas que apresentarem quantitativos de profissionais inferiores em sua proposta e planilha de preços aos especificados no Edital e Termo de Referência serão desclassificadas. Está correto nosso entendimento?</p>
	<p>Caso as empresas licitantes possam propor quantitativo de profissionais e/ou salários inferiores aos especificados no Edital e Termo de Referência desta licitação, qual será o critério de exequibilidade que será adotado para fins de julgamento das propostas?</p>
	<p>Em relação ao quantitativo mínimo de profissionais em Edital, entendemos que a quantidade de profissionais será indicada e caso ocorra a diminuição, a empresa será desclassificada. Está correto o nosso entendimento?</p>

RESPOSTA:

O julgamento das propostas será de acordo com o item do Termo de Referência (FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO), bem como ao alinhamento da contratação definido no Anexo I, II, III, IV e V do TR, o qual detalham todo o escopo para o objeto, para o qual a força de trabalho foi justificada.

Cumpra mencionar que a fiscalização da CONTRATANTE acompanhará o cumprimento dos indicadores do nível de serviço indicados nos requisitos temporais do Anexo I e no termo de referência, bem como ao constante no Anexo V, o qual fará as anotações pertinentes sobre a execução, para casos de glosas/multas e demais procedimentos durante a execução.

Embora a contratação do objeto seja o de prestação de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização da CONTRATANTE acompanhará o cumprimento dos indicadores do nível de serviço mencionados nos requisitos temporais do Anexo I e no termo de referência, bem como aqueles constantes no Anexo V, o qual fará as anotações pertinentes sobre a execução, para casos de glosas/multas e demais procedimentos durante a execução. Assim, a força de trabalho (*total da equipe*) delimitada para o objeto busca tornar a execução do serviço viável, para a CONTRATANTE e CONTRATADA, o qual o quantitativo de profissionais pretendido na licitação está alinhado ao propósito macro da demanda dentro de todo Estado do Piauí. Logo, a quantidade de profissionais visa manter a execução total do objeto plenamente ativa e sem falhas de execução, contribuindo para o equilíbrio entre o escopo e custo efetivamente contratado pela Administração.

Some-se a ainda que é de total responsabilidade da Licitante toda a análise preliminar do escopo do objeto.

Ver Anexo I, II, III, IV e V do TR; e item 4 do TR.

- | | |
|----|---|
| 10 | Os profissionais da equipe técnica poderão acumular função de algum dos perfis especificados no Edital e seu Termo de Referência ou deverão exercer exclusivamente uma única função/perfil profissional? |
|----|---|

RESPOSTA:

Não será permitido agregação de função entre os profissionais.

Ver item 9 do Anexo I, Anexo III e IV do TR

- | | |
|----|--|
| 11 | Algum dos profissionais da equipe técnica pode acumular a função de PREPOSTO do contrato para representação da empresa contratada junto à contratante? |
| | O preposto poderá ficar lotado fora das dependências da contratante durante o seu horário administrativo, podendo deslocar-se ou reunir-se remotamente e estar presente sempre que necessário para atendimento das demandas da contratante. Está correto nosso entendimento? |
| | É correto afirmar que o preposto não precisará ficar alocado no CONTRATANTE, e, poderá ser compartilhado de outros contratos da CONTRATADA, ou, poderá acumular função de um prestador do contrato. Está correto o nosso entendimento? |

RESPOSTA:

Não, o preposto não faz parte da força de trabalho do objeto e o espaço disponibilizado nas dependências da Polícia Federal será apenas para uso do pessoal técnico da empresa(equipe), não podendo ser usado como escritório. Contudo, o preposto não precisa ser exclusivo para a contratante.

- | | |
|----|---|
| 12 | Qual a quantidade de chamados , requisições de serviços, incidentes ou Unidades de Serviço Técnico (UTSs) por tipo de serviços estimada para esta nova contratação? |
| | Qual a quantidade de usuários da infraestrutura atual da contratante? |
| | Qual a quantidade de equipamentos por tipo (computadores, desktops, notebooks, impressoras, multifuncionais, monitores, estabilizadores, nobreaks, roteadores, firewalls, etc) para suporte neste novo contrato da contratante? |
| | Qual o número de chamados estimados para o mês ou ano? |

RESPOSTA:

Ver item 9 do Anexo I do TR; Anexo II, III e IV do TR.

- | | |
|----|---|
| 13 | Qual o prazo previsto para início da execução contratual ? |
| | Qual a data estimada para início da prestação ? |

RESPOSTA:

Ver item 6.1.1. do TR.

14	Os profissionais deverão possuir todas as certificações exigidas no momento da contratação, ou será concedido um prazo para que obtenham tais certificações? Se for concedido prazo, qual será o período estipulado?
RESPOSTA: Conforme o Item 4.5 do Termo de Referência (REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FORMAÇÃO DA EQUIPE), o início das atividades deverá ser precedido da apresentação da equipe e da documentação de qualificação comprobatória para o perfil do profissional. Ver itens 8 a 13 do Anexo I; e item 4.5 do TR.	
15	Entendemos que, para Atestados de Capacidade Técnica apresentados no formato de postos de trabalho como de profissionais Desenvolvedores, Programadores, Analistas de Sistemas, Analistas de Testes, Analistas de Infraestrutura, Administrador de Servidores, Técnicos e outros perfis em geral, serão considerados para fins de comprovação o equivalente de 1 (um) posto de trabalho por mês igual a 176 horas/mês ou 176 USTs/mês. Está correto nosso entendimento?
	<p>A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica nas licitações públicas deve ser pautada pela pertinência e compatibilidade com o objeto do contrato. Isso significa que, ao se demandar tais atestados, a Administração Pública deve assegurar que as exigências impostas sejam razoáveis e necessárias para garantir a execução adequada do contrato, sem, contudo, restringir de maneira indevida a competitividade do certame.</p> <p>O entendimento predominante, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, é de que a qualificação técnica, enquanto requisito de habilitação, deve ser vista como uma medida acautelatória da Administração para garantir que os contratados tenham capacidade de cumprir suas obrigações. No entanto, essa exigência não pode ser desarrazoadamente severa a ponto de inviabilizar a participação de empresas potencialmente capazes de realizar o objeto da licitação, ainda que ofereçam produtos ou serviços de diferentes marcas ou com pequenas variações técnicas.</p> <p>A doutrina, ao analisar essas questões, sublinha que requisitos de habilitação excessivos, não justificados por uma necessidade técnica evidente, configuram uma prática inadequada, que pode ser entendida como restritiva e contrária ao interesse público. Assim, a exigência de atestados específicos, vinculados a uma determinada marca, por exemplo, deve ser cuidadosamente ponderada. Caso a Administração opte por impor tal exigência, ela precisa fundamentar tecnicamente a decisão, demonstrando que essa medida é indispensável para a execução satisfatória do contrato.</p> <p>A jurisprudência consolidada reforça que a Administração deve evitar requisitos que não estejam diretamente relacionados com a execução do objeto contratual. A fixação de critérios excessivos, sem uma justificativa técnica adequada, pode ser considerada uma prática que restringe indevidamente a competição e fere o princípio da isonomia entre os licitantes.</p> <p>Portanto, a apresentação de atestados que demonstrem a experiência em serviços similares ou compatíveis com o objeto da licitação deve ser considerada suficiente para fins de habilitação. Essa postura é essencial para garantir que o processo licitatório seja conduzido de maneira justa, transparente e competitiva, permitindo a participação de um maior número de empresas qualificadas, o que, em última análise, é benéfico para o interesse público. A Administração, ao justificar suas exigências técnicas, deve sempre buscar o equilíbrio entre a necessidade de garantir a capacidade técnica dos licitantes e a manutenção de um ambiente competitivo e isonômico no processo licitatório.</p> <p>Estão corretos os entendimentos?</p>
RESPOSTA: Não. Os atestados devem atender ao disposto no Termo de Referência, item 9.30 a 9.32	
16	Existem critérios de exequibilidade que deverão ser observados para a execução dos serviços? Em caso afirmativo, quais são esses critérios?
	Qual a exequibilidade, tendo em vista o valor estimado? E caso seja um valor inferior a percentagem de exequibilidade, a empresa vencedora será desclassificada?
RESPOSTA: Os critérios de medição e pagamento são os previstos no Item 8 e subitens do Termo de Referência e seu anexo V	

17	Entendemos que a CONTRATANTE fornecerá a infraestrutura necessária para a execução dos serviços , como por exemplo: software de monitoramento, ferramenta de controle e abertura de chamados, computadores e/ou notebooks para os profissionais da contratada, mobiliário, mesas, cadeiras e ferramentas para atuação na prestação de serviços?
	É correto afirmar que os softwares, hardwares e ferramentas utilizados na prestação , serão entregues pela CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento?
	É correto afirmar que o ambiente de trabalho, como mobília , e outros, será entregue pela CONTRATANTE?
	O crachá será fornecido pela CONTRATANTE?
	Serão fornecidas peças e/ou materiais ou softwares necessários para execução do contrato?
	Solicitamos ao órgão contratante a gentileza de informar se os técnicos dedicados, disponibilizados pela contratada, poderão permanecer alocados na sede da contratante, com o objetivo de garantir o cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos. Aproveitamos para verificar se há disponibilidade de infraestrutura básica no local , como mesas e cadeiras, para acomodação adequada desses profissionais.
	Do fornecimento dos insumos Entendemos que a CONTRATANTE disponibilizará maleta de ferramentas para os técnicos da CONTRATADA. Está correto nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.
RESPOSTA: Sim, conforme definido no item 9 do Anexo I.	
18	A empresa deverá, de alguma forma, customizar/parametrizar a ferramenta de chamados ou monitoramento instalada/implantada na contratante (ITSM)? Se sim, qual o tempo estimado para esta tarefa?
	Solicitamos também a gentileza do Órgão informar se irá disponibilizar para a CONTRATADA acesso a todos os canais de atendimento utilizados para abertura de chamados.
	Da Ferramenta de Acesso remoto Solicitamos a gentileza de esclarecer de quem é a responsabilidade do fornecimento da ferramenta de acesso remoto. Caso seja da CONTRATADA solicitado a gentileza de esclarecer.
RESPOSTA: A contratada receberá treinamento para uso da plataforma ITSM disponibilizada pela Contratante. A empresa terá acesso ao ITSM ou qualquer outro canal para atendimento interno, bem como ao software homologado pela PF para uso interno de atendimento acesso remoto.	

19	<p>Com o advento da Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024 que instituiu o regime de transição para o fim da Desoneração da Folha de Pagamento, alterando a Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011, e definiu o cronograma de transição abaixo:</p> <p>2025: CPRB: 80% da alíquota (Exemplo $4,5\% \times 80\% = 3,6\%$) e CPP: 25% da alíquota ($20\% \times 25\% = 5\%$);</p> <p>2026: CPRB: 60% da alíquota (Exemplo $4,5\% \times 60\% = 2,7\%$) e CPP: 50% da alíquota ($20\% \times 50\% = 10\%$);</p> <p>2027: CPRB: 40% da alíquota (Exemplo $4,5\% \times 40\% = 1,8\%$) e CPP: 75% da alíquota ($20\% \times 75\% = 15\%$);</p> <p>2028: fim do regime de transição (CPRB = 0% e CPP = 20%);</p> <p>Questiona-se:</p> <p>considerando que o objeto de licitação se enquadra no benefício da Desoneração da Folha de Pagamento e que contrato de TI que será firmado será afetado e terá vigência sobrepondo o regime de transição da Lei nº 14.973/2024 por 1 (um) ou mais anos, entendemos que deverá ser elaborada uma composição de custos distinta para cada ano de contrato, refletindo os percentuais de reoneração aplicados anualmente de acordo com o cronograma definido pela Lei.</p> <p>[1] Está correto nosso entendimento?</p> <p>[2] Se não estiver correto, favor, esclarecer como deve ocorrer a composição de custos para apresentação das propostas das empresas licitantes.</p> <p>[3] Se deve ser considerado apenas o período de quando forem apresentadas as propostas e as alterações futuras devem seguir o rito do reequilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>[4] Se a proposta das empresas licitantes já deve prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual, considerando-se que já se trata de fato certo e conhecido por todos conforme previsão legal.</p>
	<p>Entendemos que as licitantes devem precificar seus custos com base na realidade tributária vigente no momento do certame, sendo realizado o reequilíbrio em função de mudanças da legislação quando cada marco ocorrer, a partir de 2026.</p> <p>Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer como deverá ser realizada a precificação desse item.</p>

A Lei nº 14.973/2024 estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamentos para o setor de TI, com alíquotas progressivas da CPRB entre 2025 e 2028, até a extinção do regime. Considerando que o edital prevê um contrato de 30 meses e que a correta precificação depende de absoluta clareza sobre a sistemática tributária a ser adotada, solicitamos esclarecimentos sobre os seguintes pontos práticos:

PERGUNTA 1:

Para fins de transparência e de adequada composição de nossa proposta de preços, solicitamos que a Administração informe, de forma clara e expressa, qual alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi utilizada na elaboração do valor estimado da licitação. O fornecimento desta informação é crucial para que os licitantes possam precificar seus serviços de forma alinhada com a projeção de custos do órgão, evitando distorções competitivas.

PERGUNTA 2:

Considerando que a Lei nº 14.973/2024 restabeleceu a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de forma gradual, solicitamos que a Administração confirme se a sistemática de precificação das propostas deve obrigatoriamente considerar o regime da CPRB. Caso a Administração tenha outra orientação ou critério para a composição dos encargos previdenciários patronais (INSS), solicitamos a indicação expressa e detalhada do regime tributário a ser adotado, a fim de garantir a conformidade das propostas.

PERGUNTA 3:

Considerando o período de 24 meses do contrato e a variação escalonada das alíquotas da CPRB, conforme a Lei nº 14.973/2024, solicitamos o esclarecimento sobre a metodologia a ser adotada na apresentação da proposta. A Administração orienta o uso da alíquota vigente na data de apresentação da proposta para todo o período contratual, ou as empresas devem precificar com base na média ponderada das alíquotas aplicáveis ao longo dos 24 meses? Adicionalmente, confirmamos que a alteração da alíquota da CPRB a cada exercício fiscal será tratada como um evento de fato superveniente e imprevisível, passível de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante a apresentação de nova planilha de custos pela Contratada durante os processos de repactuação ou reajuste anual, garantindo assim a manutenção do equilíbrio inicial do contrato.

PERGUNTA 4:

Para garantir a adequada recomposição de custos e a segurança jurídica do contrato em caso de renovação, especialmente após 2028, quando a reoneração gradual for concluída, questionamos se a Administração já possui um procedimento padronizado para a atualização da planilha de custos e a formalização de termos aditivos. É fundamental que esse procedimento assegure a recomposição dos custos decorrentes da alteração da alíquota da contribuição previdenciária, preservando as condições econômicas originais da proposta vencedora. Qual a sistemática de repactuação ou reajuste de preços será utilizada para lidar com essa variação de custos?

Pergunta 5:

Para a correta análise das propostas e para a fiscalização da execução contratual, solicitamos que a Administração Pública confirme se sua Planilha de Custos e Formação de Preços utilizará o modelo padrão previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2022, com o detalhamento expresso dos encargos previdenciários patronais. Adicionalmente, questionamos se a empresa licitante poderá optar por apresentar uma planilha baseada em regime tributário distinto daquele utilizado no orçamento do órgão, desde que aponte claramente essa opção e demonstre a conformidade de sua proposta com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.973/2024. O objetivo é assegurar a isonomia entre os licitantes e a correta aplicação do regime tributário, com transparência e clareza.

Em relação ao **INSS** e **CPRB**, as empresas deverão seguir o valor vigente, respetivamente 10% INSS e 2,7% CPRB, ou deverão utilizar a média em sua proposta?

	Em virtude da Lei Federal nº 14.973/2024 que estabelece o regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. A empresa contrata terá o direito ao reequilíbrio financeiro por conta da transição da desoneração de folha para os anos previstos da Lei?
	Ainda sobre o questionamento anterior, a futura contratação tem prazo de vigência inicial de 24 meses, levando em consideração a Lei nº 14.973/2024, entendemos que a proposta a ser apresentada pela licitante deverá contemplar a realidade de contribuição de INSS e CPRB para o ano de 2026 e que para os próximos anos do contrato será concedido o direito de reequilíbrio econômico-financeiro para ajustar os valores de INSS e CPRB conforme legislação vigente, nosso entendimento está correto?
	<p>À luz das recentes mudanças legislativas trazidas pela Lei 14.973 de 2024, sancionada em 16/09/2024, ficou estabelecida a variação gradual das alíquotas de INSS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), iniciando em 2025 e encerrando em 2028. Conforme estabelecido, haverá uma variação gradual das alíquotas de INSS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) entre 2025 e 2028, quando a CPRB será extinta e a alíquota de INSS retornará para 20%.</p> <p>CONSIDERANDO que, na data da apresentação da proposta desse certame, a redação atualmente vigente da referida Lei Tributária prevê a primeira onda da oneração da folha de pagamento;</p> <p>Questionamos: Entendemos que as licitantes devem precificar seus custos com base na realidade tributária vigente no momento do certame, sendo realizado o reequilíbrio em função de mudanças da legislação quando cada marco ocorrer, a partir de 2026.</p> <p>Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer como deverá ser realizada a precificação desse item.</p>
RESPOSTA: Primeiramente cabe mencionar que questões específicas referentes a questões de ordem tributária é específico de cada empresa, não sendo dúvidas legítimas a serem esclarecidas por esta Administração, cabendo a cada empresa analisar sua situação e enquadramento. Informamos que esta Administração seguirá sempre os normativos vigentes e aplicáveis, e ainda: <ul style="list-style-type: none"> a) A planilha de formação de preços de referência para a contratação já vislumbra o cronograma para 2026: CPRB: 60% da alíquota (Exemplo 4,5% x 60% = 2,7%) e CPP: 50% da alíquota (20% x 50% = 10%); b) As alterações futuras na legislação que afetem a planilha devem ser objetos de pedido futuros de reequilíbrio financeiros, a serem analisados pela Administração e órgãos jurídicos da União. <u>É total responsabilidade do Licitante</u> toda a análise preliminar do escopo do objeto e apresentação de sua Planilha de Formação de Custos.	
20	O contrato prevê o dispositivo de depósito em conta vinculada(garantia) dentro da qual haverá retenção de valores de 13º, férias, 1/3 constitucional, encargos e multa do FGTS para posterior liberação à empresa contratada quando da plena comprovação e quitação destas obrigações junto aos seus profissionais conforme prevê resolução do CNJ 169/2013 ou eventual outra normativa adotada pela contratante? Se sim, qual o prazo máximo para liberação de recursos desta conta quando houver pedidos regulares da contratada?
	<p>Sobre seguro garantia</p> <p>Não identificamos cláusula de seguro garantia, entendemos que não será necessário a inclusão desse custo por parte das licitantes. Está correto nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.</p>
RESPOSTA: O Termo de Referência prevê Garantia da Contratação.	
21	Da não bitributação : entendemos que, para essa licitação, irá incidir o ISS para faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços e domicílio da Licitante, e portanto, não haverá retenção de ISS na cidade da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer e informar com base em qual fundamentação e legislação se aplica o entendimento da CONTRATANTE.

	Entendemos que, para esse Edital, irá incidir o ISS no faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na sede da CONTRATADA, domicílio da Licitante, e, estando a licitante situada em Recife/PE, não haverá retenção de ISS em Capital-Estado por parte da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar n. 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer
	Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado? Entretanto ressalta-se que estando o serviço do objeto do presente certame listado nas exceções dos incisos do caput do artigo 3º da Lei Complementar 116/2003, considera-se a regra geral: o local de incidência é o do estabelecimento? Nosso entendimento está correto?
	O TR remete à retenção tributária conforme legislação vigente, sem especificar percentual para o ISS . Qual o percentual exato de retenção de ISS a ser aplicado nos pagamentos, considerando optantes pelo Simples Nacional ou não?
	Entendemos que, para esse Edital, irá incidir o ISS no faturamento dos serviços, sendo o referido tributo devido e recolhido na sede da CONTRATADA, domicílio da Licitante, e, estando a licitante situada em Recife-PE, não haverá retenção de ISS em Capital-Estado por parte da CONTRATANTE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar n. 116/2003. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.
RESPOSTA: Haverá retenção do ISS conforme previsão da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, levando em conta a exceção prevista no artigo 6º. Dessa forma a retenção será feita pela CONTRATANTE em benefício da localidade do prestador de serviços. Trata-se de questão tributária geral e específica da empresa, não cabendo a esta Administração esclarecimento, nesse sentido, mencionamos que será retidos os impostos conforme legislação vigente e aplicável ao caso em concreto, conforme realidade de enquadramento da empresa.	
22	Considerando que o objeto licitado está relacionado à prestação de serviços de Tecnologia da Informação, podemos confirmar que o faturamento será realizado sob o código 6209-1/00 – Suporte técnico em informática?
RESPOSTA: Sim	

23	<p>Em relação a participação de empresas com regime de tributação pelo Simples Nacional, envio abaixo nosso questionamento:</p> <p>Segundo inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei do Simples Nacional):</p> <p>Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:</p> <p>XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;</p> <p>Ainda, conforme entendimento do TCU, entende-se como cessão de mão de obra:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A colocação do trabalhador à disposição da empresa contratante, para efeito de caracterização da cessão de mão de obra, ocorre quando o trabalhador é cedido para atuar sob as ordens do tomador dos serviços, que detém o comando das tarefas e fiscaliza a execução e o andamento dos trabalhos. 2) Para fins dessa disponibilização, não é necessário que o trabalhador fique exclusivamente por conta da empresa contratante, bastando que ocorra a colocação do trabalhador à disposição da contratante durante o horário contratado mediante medições de serviço por posto de trabalho ou unidades de medidas similares como horas ou USTs (unidades de serviço técnico). <p>Diante da proibição da cessão de mão de obra pela Lei do Simples Nacional, e diante do entendimento do Tribunal de Contas da União, questiona-se:</p> <p>Uma vez que o objeto da licitação deixa claro que haverá cessão de mão de obra, será vetada a participação de empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional? Ou então, se aceita a participação das empresas optantes pelo Simples Nacional, estas poderão participar do certame, no entanto, não podendo utiliza-se do enquadramento deste regime, devendo utilizar os percentuais de impostos de uma empresa do Lucro Presumido ou Lucro Real em suas planilhas de custo e, então, exigida a comunicação do fato para a Receita Federal solicitando o desenquadramento da empresa optante pelo Simples Nacional que por ventura se sagrar vencedora do certame?</p>
<p>RESPOSTA:</p> <p>As empresas autorizadas e impedidas de participarem da licitação são aquelas indicadas no Edital. A empresa participante só receberá os benefícios permitidos por Lei e deverá compor os custos com base no percentual do seu enquadramento.</p>	
24	<p>Verificamos, ao analisar o Termo de Referência, que os perfis indicados especificam a senioridade dos profissionais (qualificação / tempo de serviço), sendo apresentados da seguinte forma:</p> <p>Perfil 1: Técnico em manutenção de equipamentos de informática (Pleno);</p> <p>Perfil 2: Analista de suporte computacional (Pleno).</p> <p>Solicitamos esclarecimento quanto à senioridade, se somente essa deve ser considerada para cada perfil, ou se fica a critério das licitantes definir o nível (Júnior, Pleno ou Sênior) a ser adotado na composição da proposta.</p>
<p>RESPOSTA:</p> <p>A composição da equipe e sua qualificação, conforme escopo do objeto, está justificada no item 09 do Anexo I; e no item 4.5 do termo de referência: Pleno.</p>	
25	<p>Solicitamos a gentileza de informar quantos deslocamentos serão realizados no contrato que demandarão o pagamento de diárias.</p>
	<p>Nos casos de deslocamento, sempre será realizado com veículo oficial do órgão, caso não seja do órgão, quem deverá arcar com os custos de deslocamento? Outros custos associados como diárias para hospedagem e alimentação ficarão a cargo da CONTRATANTE ou CONTRATADA?</p>
	<p>Conforme discriminado na página 1 do Anexo II do TR para os atendimentos que seja necessário o atendimento presencial será designado um técnico da CONTRATANTE. Está correto nosso entendimento? Caso contrário solicitamos a gentileza de esclarecer.</p>
<p>RESPOSTA:</p> <p>Definido no item 13 do Anexo I (Sobre o deslocamento para unidades dentro e fora da capital)</p>	
26	<p>Os colaboradores alocados precisam ser contratados como CLT ou podem ser prestadores de serviços no modelo PJ?</p>

	A apresentação de Profissionais Certificados integrantes no quadro de funcionários da Licitante, deve ser realizada apenas no ato da assinatura do contrato, sendo aceitos profissionais certificados cuja contratação se dê por prestação de serviço, sem vínculo trabalhista com a Licitante . Está correto o entendimento?
RESPOSTA: Há previsão expressa no TR para vedação à subcontratação. Portanto os colaboradores devem ser contratados como CLT. Na contratação em tela, os empregados da CONTRATADA devem estar subordinados à gestão de recursos humanos da própria empresa.	
27	Quantos dias devem ser considerados para pagamento de VA e VT ?
RESPOSTA: A planilha de formação de preço deverá indicar e seguir qual CCT foi utilizada como referência pelo LICITANTE na apresentação do preço, uma vez que as informações de VA e VT estão estabelecidas no respectivo documento.	
28	Haverá um valor de Fator K mínimo e máximo para a contratação?
RESPOSTA: O “Fator K” é uma metodologia utilizada para orçamentação (Portaria SGD/MGI nº 6.680/2024). Valores inferiores ao fator K identificados pela Administração no orçamento do objeto, podem gerar indícios de inexequibilidade, que serão verificados e analisados nas planilhas de custos e formação de preços apresentadas pelos LICITANTES, podendo ensejar a desclassificação no caso comprovada a inexequibilidade. Já fatores K maiores do que o estabelecido na Portaria limitam o valor máximo aceitável para a Licitação, estabelecido em Edital.	
29	Caso ocorra trabalho de forma híbrida ou remota , os equipamentos necessários serão disponibilizados pela CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento?
	O serviço poderá ser executado remotamente ?
RESPOSTA: Por questões de Políticas da Segurança da Informação e Comunicação, os atendimentos remotos ocorrerão dentro da estrutura de rede corporativa da PF, após procedimentos internos de autorização.	
30	É correto afirmar que o uniforme será o padrão da CONTRATADA?
	Do fornecimento dos insumos Será necessário o fornecimento de fardamento ? Caso positivo, qual?
RESPOSTA: Sim. O uniforme segue o padrão adotado pela empresa.	
31	A vencedora deverá utilizar obrigatoriamente a planilha de composição de custos anexada em Edital? Se sim, favor disponibilizar a mesma em formato editável.
RESPOSTA: Trata-se de um modelo que seguem os normativos pertinentes à matéria. No entanto, na planilha apresentada pelo LICITANTE poderá haver variações na apresentação, desde que ela contenha todas as informações constantes do modelo disponibilizado, pois possui uma estrutura mínima necessária para o devido julgamento da proposta	
32	Para serviços de manutenção de equipamentos , necessário disponibilizar a lista contendo as marcas e os modelos dos respectivos equipamentos.
RESPOSTA: As marcas de equipamentos utilizadas pela PF são aquelas comuns no mercado nacional.	
33	Cumulação com outros contratos da Contratada: O TR estabelece regime de disponibilidade integral dos profissionais durante o expediente de funcionamento da SR/PF/PI (07:30h às 19:30h). Assim, entendemos que isso implica vedação expressa à cumulação de outros contratos da contratada utilizando os mesmos profissionais de Nível 02 e 03? Está correto?
	Será permitido o compartilhamento técnico dos profissionais com outros contratos ativos da empresa?

RESPOSTA:

O item do TR não estabelece disponibilidade integral dos profissionais, apenas informa o horário possível da prestação de serviço.

Sobre cumulação com outros contratos da empresa: embora a contratação do objeto seja o de prestação de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização da CONTRATANTE acompanhará o cumprimento dos indicadores do nível de serviço mencionados nos requisitos temporais do Anexo I e no termo de referência, bem como aqueles constantes no Anexo V, o qual fará as anotações pertinentes sobre a execução, para casos de glosas/multas e demais procedimentos. Assim, a força de trabalho (*total da equipe*) delimitada para o objeto busca tonar a execução do serviço viável, para a CONTRATANTE e CONTRATADA, o qual o quantitativo de profissionais pretendido na licitação está alinhado ao propósito macro da demanda dentro de todo Estado do Piauí. Logo, considerando as peculiaridades da Polícia Federal, relacionadas a sua atuação Constitucional, narradas no TR e seus anexos, a CONTRATADA deve ter plena ciência de que a metodologia laboral de cumulação pode contribuir com falhas no cumprimento do acordo de nível de serviço e, mais ainda, ao requisito de Segurança e Sigilo, o qual não recomendamos que seja adotada neste futuro contrato de serviços.

Some-se a ainda que é de total responsabilidade da Licitante toda a análise preliminar do escopo do objeto.

Ver Anexo I, II, III, IV e V do TR; e item 4 do TR.

34 Substituição de profissionais:

Haverá substituto obrigatório para períodos de férias dos profissionais?

Haverá glosas para o posto que estará de férias quando estiver descoberto?

É correto afirmar que para fins de composição da planilha de custos, devemos desconsiderar o custo de profissional ausente?

RESPOSTA:

Sim, pelo seguinte motivo: (1) embora a contratação do objeto seja o de prestação de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização da CONTRATANTE acompanhará o cumprimento dos indicadores do nível de serviço mencionados nos requisitos temporais do Anexo I e no termo de referência, bem como aqueles constantes no Anexo V, o qual fará as anotações pertinentes sobre a execução, para casos de glosas/multas e demais procedimentos durante a execução; (2) a força de trabalho (*total da equipe*) delimitada para o objeto busca tonar a execução do serviço viável, para a CONTRATANTE e CONTRATADA, o qual o quantitativo de profissionais pretendido na licitação está alinhado ao propósito macro da demanda dentro de todo Estado do Piauí. Logo, (3) a substituição do profissional visa manter a execução total do objeto plenamente ativa e sem falhas de execução, contribuindo para o equilíbrio entre o escopo e custo efetivamente contratado pela Administração.

Some-se a ainda que é de total responsabilidade da Licitante toda a análise preliminar do escopo do objeto.

A planilha de custos não contempla custos dos profissionais ausentes por motivos decorrentes de própria metodologia de cálculo, nada impede que o licitante venha considerar tal custo de forma expressa.

Ver Anexo I, II, III, IV e V do TR; e item 4 do TR.

35 Para prestação de **serviços remotos**, os profissionais deverão estar alocados obrigatoriamente nas dependências físicas da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, ou podem atuar de outros locais, desde que garantam disponibilidade nas localidades do Anexo II?

O nível 03, deverá estar alocado nas dependências da CONTRATANTE, apesar dos serviços serem prestados remotamente

RESPOSTA:

Por questões de Políticas da Segurança da Informação e Comunicação, os atendimentos presenciais e remotos ocorrerão dentro da estrutura de rede corporativa da PF, em qualquer das localidades da PF no Estado.

36 Em Caso de atualização de convenção coletiva para os profissionais envolvidos no objeto desta contratação, será assegurado o restabelecimento do **equilíbrio econômico-financeiro** inicial, de acordo com o art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021 para adequação dos valores da CCT atual?

Sobre as questões de reajustes, por não ser dedicação exclusiva de mão de obra, os tópicos 8.38 a 8.45 informam reajuste mediante índices, não prevendo qualquer possibilidade decorrente de ACT ou CCT.

No entanto, há alta representatividade de custos com pessoal, razão esta que empresa poderá pleitear tal reajuste, sendo que tal pedido será previamente analisado pela assessoria jurídica.

37	No documento licitatório consta que serão prestados exclusivamente os serviços de gestão e manutenção dos dispositivos. Entendemos, portanto, que o fornecimento de partes e peças, quando necessário para a execução de manutenções corretivas ou melhorias, será de responsabilidade do órgão contratante. À contratada caberá apenas a identificação dos problemas e a execução das soluções, dentro do escopo acordado. Nosso entendimento está correto?
RESPOSTA: Sim.	
38	“Ato de autorização para o exercício da atividade de Prestação de serviço de atendimento ao usuário e sustentação de infraestrutura de TIC, expedido pelos órgãos competentes”, solicitamos, por gentileza, esclarecer a que tipo de documento o edital se refere. Poderiam informar qual seria o órgão competente e o documento específico exigido para atender a esse requisito?
RESPOSTA: Trata-se de condição genérica, visto minuta padrão da Advocacia Geral da União, não se verifica aplicação prática no momento, caso venha a surgir tal necessidade a empresa deverá providenciar a devida regularidade.	
39	Com base Lei Nº 14.063/2020 que dispõe sobre o “uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos (...)”, entendemos que documentos assinados digitalmente suprem eventuais reconhecimentos de firma e autenticação em cartório, sobretudo na apresentação de documentos na via física como propostas, declarações, procurações etc., vez que é possível aferir a autenticidade e confiabilidade do assinante e dessa forma dispensando também o envio de documentos em via física. Nosso entendimento está correto?
RESPOSTA: Sim	
40	Sobre a reunião inicial : Na do TR é dito: “Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.” Entendemos que a reunião poderá ser executada de forma remota . Está correto nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.
RESPOSTA: Sim	
41	Entendemos que todos os custos das licitantes devem ser baseados nas informações de volumetria , quantidades, localidades definidas no edital e, caso em tempo de implantação ou durante todo o ciclo contratual, venha a ser verificar que esses números estão maiores , essa diferença será tratada em termo de aditivo. Está correto nosso entendimento? Caso contrário pedimos a gentileza de esclarecer.
RESPOSTA: Não, nos termos do Anexo I, no tópico 09, o simples aumento da volumetria não enseja reajuste, salvo se comprometer o nível de serviço. <i>“A variação na quantidade de chamados, incidentes, requisições ou demandas, dentro da normalidade operacional do contrato, não ensejará qualquer revisão, reequilíbrio ou reajuste do valor contratual, considerando que a remuneração mensal é fixa e condicionada ao atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS). Somente em caso de aumento comprovadamente extraordinário e imprevisível de demanda, que impeça o cumprimento dos NMS nas condições pactuadas, poderá a contratada solicitar reequilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração de impacto real e aprovação da Administração, conforme art. 131 da Lei nº 14.133/2021.”</i>	
42	A contratação irá contemplar o escopo de “Gerenciamento dos suportes de TIC” (N1) ou NOC?
RESPOSTA PROPOSTA: Não. O gerenciamento em nível de N1 ou NOC é feito pelo canal de atendimento nacional (0800) e, quando necessário, a demanda é redistribuída às unidades regionais através do ITSM da PF.	



Documento assinado eletronicamente por **ILDO ALVES LIMA, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 16/04/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LIMA DOS REIS, Agente Administrativo(a)**, em 16/04/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON MATEUS DE OLIVEIRA MAGALHAES, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 16/04/2026, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145676428&crc=0D975201.
Código verificador: **145676428** e Código CRC: **0D975201**.